DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 7087/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/1503/2018/001
PROTOCOLO	: 2007121
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE COXIM
RECORRENTE	: MONICA MOURA COSTA COTINI (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À ÉPOCA)
TIPO DE PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO EM FACE DA DECISÃO SINGULAR DSG-G.JD 6424/2019
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

Examina-se, nos presentes autos, a matéria do Recurso Ordinário interposto pela senhora Monica Moura Costa Cotini (Secretária Municipal de Assistência Social à época), devidamente recebido pela Presidência (pç. 3, fl. 18), contra os efeitos da Decisão Singular DSG-G.JD 6424/2019, proferida nos autos do TC/1503/2018 (pç. 42, fls. 179-182).

Quanto à deliberação atacada, verifica-se o seguinte teor da parte dispositiva:

> 1. Pela IRREGULARIDADE da formalização do Contrato nº 71/2017, celebrado entre o Município de Coxim/Fundo Municipal de Assistência Social-FNAS e a empresa Roma Distribuidora de Alimentos Ltda - ME, por conter a possibilidade de prorrogação de prazo sem amparo legal (Cláusula 9), nos termos do artigo 59, III c/c inciso IX, do art. 42, da Lei complementar n° 160/2012 c/c alínea "a" do inciso IV, do art. 122, do Regimento Interno;
>
> 2. Pela APLICAÇÃO DE MULTA no valor de 25 (vinte e cinco) UFERMS, de responsabilidade do Sr. Rufino Arifa Tigre Neto, Secretário Municipal de Receita e Gestão, da Prefeitura Municipal de Coxim/MS, uma vez que a formalização do contrato (Cláusula 9) em epígrafe, por ser referente à aquisição de alimentos e não prestação de serviços, não estando amparado na legislação vigente (Art. 57, inciso II, da Lei n° 8.666/93);
>
> 3. Pela APLICAÇÃO DE **MULTA no valor de 25 (vinte e cinco) UFERMS**, de responsabilidade da Srª Monica Moura Costa Cotini, Secretária Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Coxim/MS, uma vez que a formalização do contrato em epígrafe, por ser referente à aquisição de alimentos e não prestação de serviços, não estando amparado na legislação vigente (Art. 57, inciso II, da Lei n° 8.666/93);

Em síntese, a recorrente pleiteia a reforma da Decisão recorrida, de forma que a multa seja retirada.

Contudo, é necessário registrar que:

- no transcorrer do processo recursal, a senhora Monica Moura Costa Cotini efetuou o pagamento da penalidade a ela infligida na Decisão Singular DSG-G.JD 6424/2019, conforme se observa na Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional, às fl. 218 do Processo TC/1503/2018 (pç. 68);
- o pagamento da multa pela recorrente foi realizado com o desconto decorrente da adesão ao programa de concessão de redução de créditos devi-

dos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), previsto na Lei Estadual n. 5.454, de 15 de dezembro de 2019, e regulamentado na Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020.

Seguindo os ritos regimentais, os autos foram encaminhados à Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias (DFLCP) para análise e verificação da matéria, instrumentalizada pela Análise 4981/2021 (pç. 6, fls. 21-22), que concluiu pela extinção do processo e arquivamento dos autos.

Posteriormente, os autos foram encaminhados ao representante do Ministério Público de Contas que emitiu o Parecer PAR - 4ªPRC – 5982/2021 (pç. 7, fls. 23-24), opinando pela extinção do presente feito, sem resolução de mérito e consequente arquivamento.

É o Relatório.

DECISÃO

Acerca da matéria em exame, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual do recorrente.

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que a senhora Monica Moura Costa Cotini efetuou o pagamento da multa a ela infligida, com o benefício do desconto decorrente do programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC). A Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020, que regulamenta tal programa, prevê:

> Art. 5º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos, conforme regulamenta esta Instrução Normativa, constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC.
>
> (...)
>
> Art. 6º (...)
>
> § 1º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios.

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer “da marcha processual”, significativo da realização do pagamento da multa pela recorrente, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito. Nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

> – RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC. (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO

RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010)

– AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante. (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA)

Entendo, portanto, que o recorrente, ao pagar a multa, cumpriu as determinações a ela impostas pela Decisão Singular DSG-G.JD 6424/2019, ocasionando a perda de objeto do processo recursal. Em razão disso, o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, e arquivado, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil – aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Assim, diante do exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas (MPC) e, dando cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS N. 13/2020, **DECIDO** pela **extinção**, sem resolução de mérito, e **arquivamento** do Processo TC/1503/2018/001, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, e no art. 11, V, "a", do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), em razão da ocorrência de fato novo no transcorrer do andamento processual (correspondente ao pagamento, pela recorrente, da multa a ela infligida por meio da Decisão Singular DSG-G.JD 6424/2019), o qual ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do recorrente.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 22 de junho de 2021.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

YL